

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25575805/2025 - SAMA.NAD.ACC

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O controle administrativo da construção urbana, em regra, cabe ao Município, no intuito de garantir a estrutura e a forma de edificação da cidade. Na intenção de manter a estrutura, a segurança, a salubridade, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a estética das áreas urbanas, a Constituição Federal é expressa ao conferir aos Municípios as tarefas de regular e de controlar as construções e edificações que fazem parte deste ambiente. O Art. 30 da Carta Magna traz em seu inciso I, a competência do Município em legislar sobre interesse local, e inciso VIII, promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo.

Exposto isso, nota-se a importância da fiscalização promovida pelo Município, de forma a evitar problemas de ordem sanitária e de utilização irregular do solo, ocasionados pela inobservância do plano diretor da cidade. Em outras palavras, não pode o direito individual se sobrepor ao interesse e direito da coletividade em possuir um meio ambiente equilibrado (art. 225, caput da CF) e um adequado ordenamento urbano (art. 182, caput da CF), sob pena de grave desequilíbrio do sistema normativo de regulação social.

Desta forma, o Município de Joinville ajuíza diversas **Ações Demolitórias**, ao constatar edificações sem a devida licença (alvará de construção), além de apresentar demais pendências de cumprimento de requisitos exigidos na legislação vigente. Em vários casos, a parte Ré se manifesta nos autos informando não possuir condições financeiras para arcar com as despesas decorrentes da demolição do imóvel, restando a responsabilidade do Município em cumprir as decisões judiciais de se executar o serviço de demolição destas edificações.

Devido a complexidade do serviço que requer equipamentos e mão de obra especializada para cada tipo de demanda, faz-se necessária a contratação de empresa qualificada e com aptidão técnica para desempenhar a demolição completa de edificações diversas, com retirada do resíduo de construção e demolição (RCD) incluindo transporte até destinação final, em aterro licenciado específico para esse fim indicado pela Secretaria de Meio Ambiente, através do Sistema de Registro de Preços, para atender a demanda supracitada.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A contratação possui alto grau de prioridade, segundo o critério adotado pela Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 (0023987931), onde prevê, também, que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025, a presente contratação está prevista no plano de ações desta secretaria para o ano de 2025.

No que pese a previsão no PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville (24.0.027490-2), contratação esta indicada no anexo 1 (0022614503), da Secretaria da Fazenda, haja vista ser oriundo de decisões judiciais.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

D) requisitos mínimos

- A Contratada deverá possuir ART/RRT, e/ou outros que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- Considerar-se-á demolição todo ato de desfazer qualquer serviço existente e/ou de retirar materiais empregados na estrutura existente, resultando daí os **Resíduos de Construção e Demolição (RCD)** popularmente conhecido como entulho de obra, que deverão ser removidos conforme plano de demolição a ser realizado pela CONTRATADA;
- Considerar-se-á retirada do entulho os serviços de remoção das partes demolidas e colocação em veículos apropriados para posterior deslocamento;
- Considerar-se-á deslocamento a saída do caminhão com o entulho para os locais de destino e seu retorno para o local do prédio em demolição;
- Considerar-se-á destinação final a entrega do entulho para o aterro licenciado, com a obtenção do certificado de destinação dos resíduos;
- A CONTRATADA deverá prever os custos referentes a todas as atividades, incluindo não só os serviços de demolição em si e as máquinas necessárias, mas também as taxas de licenciamento, os valores de transporte horizontal do entulho, e os valores referentes à destinação final dos RCDs em aterro licenciado para tal finalidade;
- Todo material deverá ser deslocado do terreno e depositado em aterro específico para essa finalidade, devendo a CONTRATADA comprovar o destino final do RCD proveniente da demolição contratada, com a apresentação do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e do Certificado de Destinação Final de Resíduos (CDF) devidamente preenchidos;
- Classificação dos resíduos da construção civil, conforme Resolução do CONAMA nº 307/2002;
- Os caminhões que realizarem o transporte do entulho deverão ser licenciados no DETRANS, na SAMA (Secretaria de Meio Ambiente) ou no IMA/SC (Instituto do Meio Ambiente);
- Elaborar plano de demolição considerando, a remoção de materiais e entulhos, o trânsito de veículos e pessoas, a disposição de materiais, o controle na propagação de poeira e também as condições das edificações vizinhas atestadas através de **Laudo de Vistoria de Vizinhança**;
- Certificar-se do desligamento das linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, canalizações de esgoto e águas pluviais, além disso, verificar a existência ou não de instalações subterrâneas que possam causar instabilidade nos pisos quando do trânsito de máquinas e equipamentos pesados;
- Providenciar o isolamento da área dos imóveis a ser demolida utilizando **tela plástica de sinalização** reutilizável (aplicável aos imóveis que não possuem o devido isolamento), evitando a presença de qualquer pessoa não autorizada na área onde se procede a demolição;
- A demolição deverá começar pelo último pavimento (quando houver), não sendo iniciada a demolição do pavimento inferior sem a finalização do pavimento superior e removido todo o entulho, a menos que o futuro Plano de Demolição entenda que outro método de execução da demolição seja mais eficiente e seguro;

- Quando aplicável, A CONTRATADA deverá reduzir a altura da edificação através de metodologias e equipamentos que não causem danos e afetem os lotes vizinhos, assim como, o passeio e a via.
- As demolições ou retiradas serão executadas de forma a não causarem danos a terceiros ou às estruturas que não sejam o objetivo do serviço.
- A demolição mecânica será executada com os equipamentos indicados para cada caso, seguindo sempre as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.
- Não será permitido o uso de explosivos;
- Não será permitido o uso de bola de demolição (bola rompedora);
- As demolições realizadas em alvenarias solidárias a elementos estruturais deverão ser realizadas com extremo apuro técnico para se evitar danos que comprometam a sua estabilidade.
- No local onde serão retiradas ou danificadas as calçadas e demais elementos, a CONTRATADA deverá realizar a reconstrução da calçada em concreto armado atendendo aos critérios de resistência, durabilidade e acessibilidade, conforme orientação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização;
- A CONTRATADA deverá manter o local limpo e organizado, removendo todo o entulho periodicamente;
- A CONTRATADA deverá respeitar as Leis Ambientais vigentes e garantir que não haja contaminação de rios e áreas de preservação.
- A CONTRATADA deverá examinar prévia e periodicamente ao longo do processo de demolição as áreas vizinhas ao serviço de demolição, as quais devem ser inspecionadas no sentido de ser preservada sua estabilidade e a integridade física e material de terceiros.
- O material de demolição depositado em piso não poderá exceder a capacidade de carga deste;
- O armazenamento do material demolido/retirado não poderá obstruir o trânsito das pessoas ou veículos ou o escoamento natural das águas;
- Os produtos de demolição não poderão ser encaminhados para a rede de drenagem urbana através de lavagem. O pó resultante do acúmulo do entulho deverá ser eliminado através da varrição e de umidificação;
- A remoção será efetuada em veículos apropriados ao tipo e volume do material demolido. O material deverá ser devidamente **fragmentado/compactado** e a carga poderá ser efetuada manual ou mecanicamente;
- A CONTRATADA deverá prever local e horário para entrada e saída de veículos, evitando transtorno nas vias de acesso, como trânsito e ruído. Também deverá prever local para carga e descarga de materiais, colocação de caçambas para retirada de entulhos, e espaço para estacionamento de veículos, evitando a ocupação de vias públicas;
- A CONTRATADA deverá implantar mecanismo de lavagem de rodas, evitando sujar os logradouros públicos, além disso, observar a capacidade de carga no veículo, evitando danificar a via.
- Seguir as normas técnicas aplicáveis ao caso a serem devidamente elencadas no Memorial Descritivo, assim como, as regulamentações do Ministério do Trabalho e outras pertinentes ao serviço.

II) critérios e práticas de sustentabilidade

A fim de minimizar os impactos ambientais oriundos do processo de demolição e atender as exigências da **Resolução 307/02 do CONAMA**, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil, será de responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Estabelecer os procedimentos necessários para o manejo ambientalmente adequado dos resíduos.

III) padrões mínimos de qualidade

- A Contratada deverá obter todas licenças e/ou autorizações para execução do serviço;
- Os serviços e obras serão realizados em rigorosa observância ao memorial e demais especificações, bem como, nas normas das concessionárias de serviços públicos e ABNT referentes aos serviços;
- Registrar a ART/RRT dos serviços de demolição, transporte e destinação de entulhos;
- Dispor de Seguro de Garantia de Serviço (Risco de Engenharia) com **cobertura adicional para danos decorrentes de demolição**, que se estenderá para cobrir as perdas ou danos decorrentes de qualquer tipo de demolição, seja ela ocasionada dentro do local do risco, para desobstruir o andamento da obra, como ocasionadas nos bens do segurado pré-existent (propriedades circunvizinhas), a fim de promover a proteção de eventuais danos a terceiros durante a realização do serviço.
- A CONTRATADA deverá dispor de profissional técnico de engenharia e segurança do trabalho no local da obra, devidamente habilitado para o acompanhamento do processo de demolição que reportará à fiscalização o andamento dos serviços.
- A contratada deverá possuir equipe suficiente para atender o objeto da contratação, dispondo de profissional com a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT), com atribuições compatíveis com:
 - 1 (um) Engenheiro Civil;
 - 1 (um) Técnico em Segurança no Trabalho.
- Seguir as normas técnicas aplicáveis ao caso a serem devidamente elencadas no Memorial Descritivo.
- Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, a seus funcionários e/ou subcontratados, todos os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra.

Poderão haver novos requisitos inclusos no futuro Memorial Descritivo, considerando o presente documento ser algo preliminar a delimitação das condicionantes da contratação, por este motivos aqui, retrata-se como "requisitos mínimos".

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para a presente contratação, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se as ações demolitórias ajuizadas tanto pelo Município em desfavor de particulares, quanto em ações que o Município figura como réu, devido à irregularidades ambientais e/ou urbanísticas. Assim, diante das ações já realizadas em anos anteriores, bem como considerando o volume de processos judiciais em trâmite junto ao Município de Joinville, os quais tenham como objetivo a remoção de edificações irregulares para cumprimento de sentença judicial.

Sendo o detalhamento a constar nos futuros projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias que irão compor o presente Processo de Requisição de Compras.

Para a elaboração da presente estimativa, foram considerados os seguintes processos judiciais em trâmite, como por exemplo:

5023399-78.2021.8.24.0038, 0308336-64.2017.8.24.0038, 0304501-97.2019.8.24.0038, 0038715-42.2009.8.24.0038, 5003988-49.2021.8.24.0038, 5047614-84.2022.8.24.0038, 5022899-12.2021.8.24.0038, 5006275-82.2021.8.24.0038, 5023403-18.2021.8.24.0038, 5037328-13.2023.8.24.0038, 0302795-79.2019.8.24.0038, 5011200-87.2022.8.24.0038, 0012252-97.2008.8.24.0038, 0032109-56.2013.8.24.0038.

Ainda, foram consideradas as Ações Cíveis Públicas e os Cumprimento de Sentença em que o Município é parte, sendo responsável pela recuperação de áreas degradadas, incluindo a remoção de edificações irregulares, seja de forma objetiva, solidária ou subsidiária, como por exemplo:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5012994-17.2020.8.24.0038/SC (Ação Civil Pública nº 00391421020078240038).

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5026681-61.2020.8.24.0038/SC (Ação Civil Pública nº 0906458-26.2015.8.24.0038/SC).

CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA nº 5000548-67.2010.4.04.7201 (Ação Civil Pública nº 99.01.02946-5/SC).

Estas são algumas demandas que estão aguardando cumprimento, gradativamente chegarão outras demandas judiciais.

A área total dos imóveis a serem demolidos estima-se em **20.000,00 m²** e o volume de resíduos oriundos do processo de demolição corresponde a aproximadamente **40.000,00 m³**.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Entre as alternativas para a solução disponíveis de mercado, destacam-se:

I) Execução da demolição, transporte até destinação dos entulhos pela própria Secretaria de Meio Ambiente.

De início cumpre ressaltar que esta Secretaria não dispõe de mão-de-obra para execução deste serviço.

Também não há servidores suficientes e capacitados para a realização este tipo de serviço.

Não possui também o maquinário necessário para realizar os serviços com eficiência e segurança.

Sem contar o fato de não possuir contrato para o descarte em aterro para entulhos.

Desta forma, esta não se demonstra como a melhor solução.

II) Contratação de empresa especializada na demolição incluindo o transporte até a destinação dos entulhos.

Considerando o exposto no item anterior, a contratação de uma empresa especializada com mão-de-obra qualificada, bem como com equipe técnica suficiente, com ferramentas e equipamentos próprios para a realização dos serviços trazem viabilidade a esta solução visando o atendimento ao interesse público de forma ágil.

Desta forma, caberia a Contratada a aquisição de insumos, equipamentos ferramentas e demais serviços, bem como a contratação de mão de obra para execução das atividades previstas. Trazendo assim segurança e eficiência ao serviço prestado.

Conclusão: diante do exposto, nota-se, que a melhor solução para o caso é a contratação de empresa especializada para realizar a demolição das edificações.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Os valores referenciais para o presente processo de contratação, estarão discriminados nos seguintes documentos que irão compor o presente processo de compras:

a) Planilha Orçamentária Sintética;

a.1) No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 6.002.687,00 (seis milhões, dois mil seiscentos e oitenta e sete reais).

Ainda, informa-se expressamente que, não há previsão de custeio da contratação com recursos da União para a presente contratação.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Em atendimento a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente, considerando os elementos trazidos ao presente documento, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada na demolição completa de edificações diversas, com retirada do resíduo de construção e demolição (RCD) incluindo transporte até destinação final, em aterro licenciado específico para esse fim, indicado por esta secretaria, considerando a necessidade frequente do serviço a ser contratado, conforme os requisitos dispostos no Art. 85 da Lei 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

A presente contratação **não é tecnicamente ou economicamente viável em se dividir** por se tratar de demolição de edificações;

Não é viável se subdividir os serviços a serem feitos na demolição, pois assim, não haverá um melhor aproveitamento de mercado, bem como haverá perda de economia (mais barato em se contratar como um todo).

Desta forma o ideal é se realizar uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único proponente.

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Qualquer construção realizada fora dos parâmetros fixados pela legislação municipal vigente pode ocasionar danos graves de segmento ambiental e interferir diretamente na expansão desordenada da cidade, além de colocar em risco a segurança daqueles que habitam e

circundam o imóvel construído irregularmente.

Assim, as demolições das construções trará vantagens ao Município, no sentido de promover fiel obediência a legislação vigente, evitar riscos que eventualmente a vizinhança do imóvel possa estar submetida pela não observância das regras para construção, além de promover incentivo a não construção de obras em desacordo com que prevê a legislação municipal.

No mais, a SAMA tem recebido decisões judiciais de cumprimento de sentenças para que o município faça a demolição, os quais podem resultar em punição por descumprimento da administração municipal.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, esta Secretaria possui servidores com conhecimento acerca do serviço a ser realizado, bem como, caso necessário poderá solicitar o suporte das demais Secretarias. Desta forma, não há providências a serem adotadas pela Administração.

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações de ata de registro de preços disponível com este objeto conforme e-mail cim-amunesc 0022999672, no entanto, considerando que a destinação final dos resíduos não consta na SINAPI, ou mesmo não localizamos em Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro) ou Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil, considerando que possuímos valor agregado aos contratos 797/2022 - 0021795305 e 7994/2022 - 0021795305 sendo credenciamento de pessoas jurídicas para recebimento e destinação final de resíduos da construção civil. Utilizaremos os contratos já existentes para recebimento e destinação final dos resíduos.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Conforme disposto no subitem acima item 3, II.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afeta a contratação	1	Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencendências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	2	Médio	Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	2	Baixo	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar

4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detém as competências multidisciplinares necessárias	3	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2
5	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1
6	Cotações de preços para composição dos itens elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2
7	Quantitativo subestimado ou superestimado	3	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	2
8	Ausência de recursos orçamentários	1	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	2
9	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
10	Impugnação do Edital ou documento equivalente	3	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
11	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos	2

Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Mitigar
Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) servidor(es) responsáveis pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
Baixo	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente se falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com	Evitar

			anteriormente.	
12	Apresentação de recurso quanto ao final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
13	Proposta inexecutável por parte da Contratada	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	2
14	Contratada se recusar a assinar o Contrato	1	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação	5
15	Empresa sem capacidade técnica para atender ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	2
16	Descumprimento quanto aos prazos de prestação dos serviços	4	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	2
	Falha na prestação dos		Descumprimento contratual. Não	

	objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
Médio	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir
Alto	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
	Estar atento a empresa Contratada. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação	

17	serviços - inexecução parcial ou total	2	atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2	Classificação dos Riscos	Médio	correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
18	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1		Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
19	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	1	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1		Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
20	Contratada não manter a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender o fornecimento/serviços)	2		Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
21	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação do fornecimento/serviços	3		Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
22	Alteração do escopo dos serviços contratados	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3		Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a	Mitigar/transferir

23	Falência da empresa Contratada	1	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4
24	Divergência com a contratada sobre a prestação do serviço/fornecimento do(s) produto(s) no momento da execução	2	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
25	Falta de requisitos de sustentabilidade no processo de contratação (caso aplicável)	2	Afetar diretamente ou indiretamente o Meio Ambiente. Não atingir/cumprir os objetivos de contratação sustentável; sem observar os impactos à saúde humana e ao meio ambiente.	4
26	Alteração da legislação que interfira na execução dos serviços	1	Possível interrupção na prestação dos serviços para se adequar à nova legislação	1
27	Alta incidência de períodos de chuvas	2	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, o comprometimento do transporte dos resíduos.	2
28	Dano em edificações circunvizinhas oriundo da queda de materiais e/ou relacionados ao impacto de maquinários	3	Possível interrupção do serviço. Dano e prejuízo à terceiros com possibilidade de processo judicial.	2
29	Queda de materiais na via durante o transporte do resíduo até a sua destinação final	3	Possibilidade de danos a terceiros, assim como, a via pública.	1
			Afetar diretamente ou indiretamente o Meio Ambiente.	

	contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	
Médio	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
Médio	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Capacitar os servidores envolvidos sobre este quesito. Avaliar o mercado. Verificar medidas de sustentabilidade possíveis de incluir na contratação sem comprometimento do objetivo final proposto.	Mitigar
Baixo	Estar atento as alterações e proceder as adequações em tempo para que não haja a interrupção do serviço	Mitigar
Médio	Prever a realização de atividades que possam ser realizadas mesmo com chuva por parte da Contratada. P. ex. na parte interna de imóveis	Aceitar
Médio	Solicitar ao corpo técnico a elaboração do laudo de vistoria de vizinhança e um plano de demolição capaz de mitigar os danos gerados pela execução do serviço	Mitigar
Médio	Elaborar um plano de demolição que contemple medidas capazes de evitar a queda de materiais	Mitigar/transferir
	Fiscalizar rotineiramente a	

30	Destinação final realizada em local indevido	3	Descumprimento de medidas de sustentabilidade que impossibilitam a reciclagem e/ou reutilização.			1		Médio	documentação referente a destinação do material em aterro licenciado.	Mitigar/transferir
31	Quebra, ausência ou falta de manutenção dos equipamentos utilizados para a prestação dos serviços	3	Não atendimento ao interesse público. Paralisação dos serviços			3		Alto	CAF estar atenta a execução do contrato para evitar o descumprimento dos prazos	Mitigar/transferir
32	Circulação de pessoas não autorizadas e/ou animais no perímetro de execução do serviço	2	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, possibilidade de acidentes e atrasos na entrega do objeto			2		Médio	Elaborar um plano de demolição que contemple medidas capazes de evitar a circulação de pessoas	Mitigar/transferir
33	Acidentes de trabalho oriundo da queda de materiais	3	Poderá haver paralisação da execução do serviço			2		Médio	CAF estar atenta a execução do contrato de acordo coma legislação relacionada a segurança do trabalho	Mitigar/transferir
34	Resíduos gerados superior ao estimado	2	Impactos de ordem orçamentária que afetam a contratação			3		Médio	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado. Elaboração de documentação técnica capaz de estimar o quantitativo conforme a execução do serviço. Dependendo do caso, se já contratado verificar se, com aditivo possa contornar a questão	Mitigar
35	Poluição do ar devido a geração de poeira	2	Afetar diretamente ou indiretamente a saúde pública.			1		Baixo	Elaborar um plano de demolição que contemple medidas capazes de evitar a geração de poeira.	Mitigar/transferir
						Risco Geral		Médio		
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos		
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição	
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de	

	conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.			práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.					trabalho.
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		

3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Considerando os riscos e medidas mitigadoras apontadas na análise de riscos acima, a contratação demonstra-se viável
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Conclusão:

- a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução (a contratação de empresa especializada na demolição completa de edificações diversas, com retirada do resíduo de construção e demolição (RCD) incluindo transporte até destinação final, para atender a demanda da Secretaria de Meio Ambiente.) descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público;
- b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.

		Documento assinado eletronicamente por Thaiane Cristine Schneider Herbst, Servidor(a) Público(a) , em 26/05/2025, às 07:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Silvia Benthien, Servidor(a) Público(a) , em 26/05/2025, às 09:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Sarah Sabrina Leal Francisco, Gerente , em 26/05/2025, às 13:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25575805** e o código CRC **6A3B31C8**.